

DESCONSTRUINDO OS ESTUDOS SUBALTERNOS: UMA LEITURA DO CONTO “FELICIDADE CLANDESTINA”, DE CLARICE LISPECTOR

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para os debates acerca dos Estudos Subalternos, especialmente no que se refere aos modos como a questão da subalternidade é representada na Literatura Brasileira, considerando as propostas de Jacques Derrida relacionadas ao princípio da Desconstrução, muito utilizadas pelos Estudos Culturais dentro das suas vertentes mais basilares. Para tanto, as principais fontes utilizadas ao longo do presente estudo, caracterizado como uma pesquisa bibliográfica a partir de uma abordagem teórico-metodológica, foram Spivak (2010), Guha (2009), Gramsci (2002), Derrida (2010) e Perrone-Moisés (2001). Inseridos no contexto Pós-estruturalista, os Estudos Subalternos, somados às contribuições de Derrida e o seu conceito de Desconstrução, não podem limitar a ideia de subalternidade à dualidade hierárquica em que um primeiro grupo homogêneo detém o poder, enquanto o outro grupo também homogeneizado é, de maneira essencialista, desprovido deste poder. A desconstrução desse padrão, por sua vez, além de estar sendo tratada por inúmeros teóricos dos Estudos Culturais, pode ainda ser ilustrada no campo da literatura através da leitura do conto “Felicidade Clandestina”, da escritora Clarice Lispector.

Palavras-Chave: Estudos subalternos; desconstrução; Clarice Lispector.

DECONSTRUCTING THE SUBALTERN STUDIES: A TALE READING “FELICIDADE CLANDESTINA”, BY CLARICE LISPECTOR

Abstract:

This article aims to contribute to discussions about the Subaltern Studies, considering the proposals of Jacques Derrida related to the principle of Deconstruction, widely used by Cultural Studies, in its most basic aspects. To this end, the main sources used throughout this study, characterized as a literature search from a theoretical and methodological approach, were Spivak, Guha, Gramsci, Derrida and Perrone-Moisés. Entered in the Post-structuralist context, Subaltern Studies, added to the contributions of Derrida and his concept of Deconstruction can not limit the idea of subordination to the hierarchical dualism in which a first homogeneous group has the power, while the other group also homogenized It is essentialist way, devoid of that power.

Keywords: Subaltern studies; deconstruction; Clarice Lispector.

DESCONSTRUYENDO LOS ESTUDIOS SUBALTERNOS: UNA LECTURA DEL CUENTO “FELICIDAD CLANDESTINA”, DE CLARICE LISPECTOR

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo contribuir para los debates acerca de los Estados Subalternos, especialmente en lo que se refiere a los modos como la subalternidad se representa en la Literatura Brasileña, considerando las propuestas de Jacques Derrida, relacionadas al principio de Desconstrucción, muy utilizadas por los Estudios Culturales, dentro de sus vertientes más basilares. Por ello, las principales fuentes utilizadas a lo largo de este estudio, caracterizado como una investigación bibliográfica a partir de un abordaje teórico-metodológico, fueron Spivak (2010), Guha (2009), Gramsci (2002), Derrida (2010) y Perrone-Moisés (2001). Dentro del contexto Postestructuralista, los Estudios Subalternos, añadidos a las contribuciones de Derrida y su concepto de Desconstrucción, no pueden limitarse a la idea de subalternidad a la dualidad jerárquica en que un primer grupo homogéneo detiene el poder, cuando el otro grupo también homogeneizado es, de manera esencialista, desprovisto de este poder. La desconstrucción de ese patrón, por su vez, además de ser tratada por inúmeros teóricos de los Estudios Culturales, puede aún, ser ilustrada en el campo de la literatura a través de la lectura del cuento “Felicidade Clandestina”, de la escritora Clarice Lispector.

Palabras clave: Estudios subalternos; desconstrucción; Clarice Lispector.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é apresentar uma pequena contribuição aos debates acerca do conceito de subalternidade, cuja temática foi sistematicamente apontada pelos estudos de Ranajit Guha e Gayatri Spivak, especialmente a partir das propostas teóricas de Jacques Derrida relacionadas aos princípios básicos da desconstrução que, convém destacar, muito têm sido usados nos círculos dos chamados “estudos culturais” através das suas principais vertentes, como é o caso dos estudos sobre o feminismo, sobre o multiculturalismo, os estudos étnicos e os estudos pós-coloniais. Este trabalho, evidentemente, preocupa-se em evitar as já apontadas (PERRONE-MOISÉS, 2001) incongruências teóricas no que se refere as aproximações, expostas anteriormente por outros estudiosos da área, com a desconstrução derridiana. Para ilustrar a aplicação dos princípios teóricos aqui adotados, tomaremos como referência o pequeno conto “Felicidade clandestina”, de Clarice Lispector, que nos possibilitará pensarmos acerca do conceito de subalternidade, colocado em prática a partir do caso da menina pobre, silenciosa, ao mesmo tempo em que apontará também para a necessidade de se aplicar o próprio conceito da desconstrução derridiana, tendo em vista que a mesma personagem apesar de parecer possuir uma natureza homogênea, essencializada, comporta-se também de modo aparentemente incoerente para a sua classificação.

Cabe dizer que a matriz teórica utilizada para elaboração do presente artigo se voltou para o chamado Grupo Sul-Asiático, no qual se insere, além dos já citados, o historiador Dipesh Chakrabarty e o político Partha Chatterjee. No entanto, esta não é a única matriz desses estudos, tendo em vista a existência de outros importantes pesquisadores que se sobressaíram, como aqueles inseridos ao chamado Grupo Latino, por exemplo, dos quais destacam-se, dentre outros, John Beverly, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez, Javier Sanjines.

Começar pela palavra, conforme preconizou outrora Alfredo Bosi (1992), quem sabe não seja mesmo coisa vã. Além dele, afinal, outros muito bem o fizeram, como é o caso, por exemplo, da extensa contribuição voltada

para o estudo etimológico da palavra *cultura* feita por Terry Eagleton (2000). “Subalterno”, do Latim, *subalternus*, formado a partir da união do termo *sub*, expressão que pode designar tanto uma circunstância de lugar, *estar abaixo de*, como aponta também a ideia de sujeição, *estar sujeito a*; com o termo *alternus*, de *alter*, que designa *o outro*, *outrem* (FERREIRA, 1966). Neste sentido, é possível inferir que o termo subalterno, etimologicamente, significa estar abaixo ou estar sujeito a outro ou outrem. A ideia de subalternidade, sob este prisma, refere-se, então, a uma condição que acomete um indivíduo ou um determinado grupo quando este não se encontra circunscrito no interior das classes dominantes, hegemônicas, que teriam, por sua vez, a autonomia, a capacidade para tomar as suas próprias decisões, fazer valer as suas próprias vontades.

A QUESTÃO DA SUBALTERNIDADE

Não é possível definir um conceito único de subalternidade, tendo em vista que o seu uso varia enormemente conforme as próprias conjunturas também passam por profundas alterações. Neste sentido, para que tenhamos no mínimo uma dimensão de um possível conceito, um dos princípios metodológicos adotados é o defendido por Erich Auerbach (2015), que aponta para a necessidade de se examinar um texto observando, além dos seus pormenores, as suas considerações históricas, biográficas e gerais. Não há dúvida, para este teórico, que a análise do texto propriamente dito é tarefa abstrusa, e é assaz difícil situar o texto no desenvolvimento histórico, porém, “é mister fazer abstração de todos os conhecimentos anteriores que possuímos ou acreditamos possuir acerca do texto e do escritor em questão, de sua biografia, dos julgamentos e das opiniões correntes a seu respeito, das influências que ele pode ter sofrido etc.” (AUERBACH, 2015, p. 57). Em síntese, carece-se conhecer também o *locus*, o momento em que os textos são passíveis de serem desenvolvidos.

Há, já em Marx, o embrião que servirá como parâmetro para os estudos dos grupos subalternos, ainda que este não utilize o termo exato em suas colocações, ele o faz, no entanto, através do uso do sentido, posto que aponta para a existência de milhões e milhões de famí-

lias camponesas, que compõe uma imensa massa, cujos membros vivem em semelhantes condições, mas sem que se estabeleçam relações uniformes entre si. Dessa forma, esse isolamento ocasionará uma oposição no modo de vida desses grupos que, conseqüentemente, impedirá a sua organização política. Assim, estes que não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva (MARX, 1984)..

Sigamos, agora, para a análise a partir de Gramsci, considerando que este fez uso do termo propriamente dito, com o término do ciclo revolucionário europeu, em 1923, ainda que os seus pressupostos fossem bastante diversificados daqueles utilizados pelos estudiosos que provieram. Dada a necessidade de se conhecer profundamente os elementos constituintes da Itália naquele período em que a revolução socialista caminhava para o mundo, Gramsci percebeu que as noções abstratas de “proletariado” e “campesinato” não eram mais suficientes para caracterizar a conjuntura social da sua época. Por este motivo, ele caracterizou os grupos subalternos enquanto aqueles formados pelas massas dominadas que não possuíam nenhuma agregação de classe, indicando ainda que apenas uma vitória política inabalável seria capaz de unificar estes grupos em classes sociais (GRAMSCI, 2002). “É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso”, diz Gramsci, completando ainda que “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem”, por isso, só a vitória “permanente” rompe, não depressa, a subordinação (GRAMSCI, 2002, p. 135). Gramsci levou em consideração, para as suas inferências, o contexto da própria realidade italiana do século XIX, enquanto o país vivia o processo de unificação nacional denominado *Risorgimento*. Conforme observou Camila Massaro de Góes (2013, p. 2), Gramsci percebeu que os conflitos provenientes da separação entre

os intelectuais e o povo, bem como a incapacidade da burguesia se tornar uma classe efetivamente dirigente apropriada para administrar o Estado configuravam a base para a crise vivenciada pela Itália até as primeiras décadas do próprio século XX. Neste sentido, na sua conjuntura própria, submetido a um regime totalitário como o fascismo, específico daquela época em que o nazismo também se intensificava na Alemanha, quanto mais a realidade política se tornava “repressiva e nacionalista”, mais irreversível era a crise que, sob este viés, só poderia ser amenizada se uma nova classe dirigente, no caso o proletariado, tomasse o poder e fundasse um novo Estado.

Continuemos, neste momento, para as análises construídas a partir dos estudos sul-asiáticos acerca da subalternidade, que configuram a matriz teórica basilar do presente trabalho. Começamos, assim, considerando as críticas pós-colonialistas de Ranajit Guha que serviram como mote para o início dos estudos subalternos propriamente ditos, em meados dos anos de 1980. É possível principiarmos a análise das considerações de Guha acerca do aspecto ora analisado a partir de uma rápida contextualização da gênese dos chamados *Subaltern Studies*, que é o termo como é conhecido o Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia, fundado na Índia em fins dos anos 1970. Conforme o próprio Guha (2009, p. 32) aponta, o referido grupo se manteve distante dos militantes políticos e dos intelectuais marxistas de sua época, no referido país, posto que sob a ótica dos *Subaltern Studies*, os partidos alinhados a esta matriz ideológica representavam o que o Guha chamava de uma vertente liberal de esquerda da elite que estava no poder. Daí o distanciamento do grupo em relação a esses partidos que, no entanto, não traduzia o caráter apolítico dos *Subaltern Studies*, tendo em vista que eles buscavam elaborar uma crítica radical ao colonialismo e a presença de um olhar colonialista no modo como foi contada a história da Ásia meridional. Por isso, eles se consideravam marxistas, apesar da crítica que eles próprios faziam ao uso oportuno e dogmático do marxismo usado pelos partidos políticos ditos marxistas. Faz-se adequado considerar que o contexto do qual o grupo fazia parte condicionou as opções teóricas e políticas que alavancaram a constituição de um

projeto subalternista, tendo em vista as inovações teórico-metodológicas que os pesquisadores apontaram na construção de uma historiografia indiana inteiramente nova. Diante do insucesso do processo de modernização da Índia pós-colonialista, as discussões acerca da subalternidade interessaram-se de maneira considerável na crítica ao modelo eurocêntrico de instituição do pensamento e organização das sociedades, bem como ao modo como este modelo organizava os regimes de poder na dita modernidade tardia vivenciada pelo país naquele período. Assim, em meados dos anos de 1960, com a miséria e o desespero tomaram conta de toda a Índia, o que causou a insatisfação das gerações mais antigas, posto que os governantes que antes haviam prometido uma vida melhor para todos com a independência não cumpriram o que fora dito, bem como também a insatisfação das gerações mais recentes que não conseguiam visualizar um futuro melhor para eles próprios. Ainda conforme Goés (2013, p. 6), esta dupla insatisfação foi a força motor que impulsionou os *Subaltern Studies* já que estes foram os principais responsáveis em explicar como pode o governo distanciar-se daquele modo do próprio povo, considerando que ele não mais era instituído sob o exercício da colonização, e sim fora transferido para um novo regime. Posteriormente, já através de um viés da historiografia pós-colonial mais recente, é possível perceber uma aproximação implícita do marxismo e do conceito de Desconstrução nos Estudos Subalternos, conforme apontou Dipesh Chakrabarty (2002), indicando ainda uma simpatia de Guha com os trabalhos do “primeiro Foucault”, mais diretamente através da obra *Vigiar e punir* (1975), por exemplo.

Essa aproximação do Guha, e de outros intelectuais dos Estudos Subalternos, com a teoria da Desconstrução serviu como uma estrutura auxiliar nos estudos relacionados à crítica literária mais recente, bem como naqueles voltados à compreensão do discurso. Daí surge a próxima teórica que aqui será levada em consideração nestes breves aspectos apontados acerca dos estudos subalternos, que é a ensaísta indiana Gayatri C. Spivak.

A aproximação entre Spivak e Derrida é evidente, considerando que a pensadora indiana foi quem escreveu,

por exemplo, o prefácio de uma das mais importantes obras de Derrida, *Gramatologia*, em que o filósofo aponta já uma crítica aos sistemas fechados em si mesmos, incapazes de dar conta do real, por isso a necessidade de se estabelecer um sistema aberto, que não esgote as possibilidades de se interpretar de várias maneiras a realidade. No Brasil, a publicação das obras de Spivak ainda é muito escassa, porém, a questão de maior importância que a autora aponta, desde o *Pode o subalterno falar?* (2010) até outros trabalhos ainda não traduzidos, é a crítica aos essencialismos que apontam para a existência de culturas singulares, formadas por sujeitos homogêneos e monolíticos. Assim, não é sadio que a cultura seja tratada dessa forma, havendo aí a necessidade de se considerar os movimentos e a heterogeneidade que lhes são próprias. Com isso, os intelectuais jamais devem tomar para si a palavra e falar pelos grupos subalternos, visto que esta ação apenas ratificaria a permanência de um discurso que preservaria uma suposta essência dos referidos grupos. Isso foi o que ocorreu, segundo Spivak, com os sujeitos do terceiro mundo, ou em uma nova denominação, dos países menos desenvolvidos que ao longo da história se viram representados pelos discursos dos sujeitos dos países mais desenvolvidos, quase sempre aqueles que encabeçaram o processo de colonização moderno, ainda que este discurso não fosse efetivamente capaz de representar quem eram de verdade os sujeitos subalternos. Neste sentido, a crítica por ela apontada acerca dos discursos que são construídos para representar os grupos oprimidos muito se aproxima do que também defende o próprio Edward Said (2003), tendo em vista essa manutenção de práticas essencialistas que se configuram em uma violência epistêmica presente há muito em nossa história, já que a condição de subalternidade a que muitos têm se submetido é, para Spivak, o estado de silêncio, de inteira ausência de voz, sendo necessário que se precise de um representante para este subalterno mediante a sua condição de silenciado (FIGUEIREDO, 2010, p. 85).

A DESCONSTRUÇÃO DERRIDIANA

Foi em 1989, numa palestra de abertura de um grande colóquio organizado por Drucilla Cornell na famosa

faculdade de Direito *Cardozo Law School*, que Jacques Derrida apresentou a fala que, a seguir, talvez, tornou-se uma das suas mais importantes e respeitadas obras. Publicado em 1994, e traduzido em 2010 para o Português por Leyla Perrone-Moisés, *Força de lei: o fundamento místico da autoridade* apontou a já, desde a década de 1960, conhecida Desconstrução para uma guinada ético-política que há muito havia sido indicada pelo próprio filósofo, e, no entanto, somente muitos anos depois passados, este caráter ético e político da sua teoria veio à tona. Neste sentido, no limiar da Desconstrução serão colocadas questões não apenas limitadas à teoria do conhecimento ou a uma filosofia da linguagem, mas também questões políticas, filosóficas, literárias e intelectuais no seu sentido mais amplo. Isto é possível porque a Desconstrução, enquanto corrente teórica que visa “desconstruir” as correntes hierárquicas do pensamento ocidental, será aplicada a diversos discursos das mais variadas áreas, desde a Filosofia, passando pelas Ciências Humanas, pela História, pela Literatura, pela Fenomenologia, entre outros, ajudando inclusive, conforme dito, a pensar também a própria Ética e a Política.

Antes, porém, de passarmos para um exame mais aprofundado do conceito de Derrida, faz-se necessária uma breve contextualização do seu *locus* de análise. Muito provavelmente, o ano de 1967 é que pode ser considerado como a grande estreia do pensamento de Derrida, visto que a publicação de três importantes obras de sua autoria causa um impacto considerável na conjuntura filosófica daquele período. Apesar da ampla aceitação de estudiosos da área de Letras e da Psicanálise, a Filosofia, por sua vez, apresenta uma enorme resistência na recepção do pensamento de Derrida, que para o próprio filósofo nada mais é do que uma resistência sintomática, posto que o seu pensamento buscou, desde aquele momento inicial, quebrar e ultrapassar as barreiras e as fronteiras que até então mantinham de maneira extremamente satisfatória a organização do saber filosófico.

Sob este prisma, em que consiste, afinal, a Desconstrução? Evidentemente, as considerações aqui propostas jamais seriam capazes de dar a dimensão completa do conceito, tomando como princípio a sua própria complexidade; neste sentido, o que aqui se propõe é ape-

nas uma breve análise capaz de nos dar uma dimensão introdutória da desconstrução derridiana. É possível começarmos pelo uso do próprio termo, “desconstrução”, que é já bem sugestivo, tendo em vista que o processo de análise sob a ótica da desconstrução visa efetivamente “desconstruir” o objeto analisado para que assim houvesse a possibilidade de se observar os elementos e os significados que não estavam necessariamente explícitos, como sintetizou Ítalo Moriconi (2001), por Desconstrução compreende-se um tipo de operação intelectual que desloca e relativiza a velha dialética hegeliano-marxista. Conforme esclareceu também Leyla Perrone-Moisés (2001), a desconstrução derridiana é uma leitura fina e minuciosa de textos, especialmente os de tradição ocidental, com o intuito de mostrar seus pressupostos ideais e metafísicos apontando e questionando nesses textos os dualismos hierárquicos em que o primeiro termo tem sido historicamente privilegiado, por exemplo: ser/não-ser, fala/escrita, masculino/feminino, entre outros. E é justamente por não se sustentar em afirmações plenas que a Desconstrução comumente nos leva às chamadas aporias, que se referem a elementos que tanto podem ser “ora uma coisa, ora outra”, como também podem ser analisados “sob um ponto de vista, sob outro ponto de vista”.

Em síntese, enquanto o pensamento tradicional, no sentido dialético hegeliano, funda-se na descrição do mundo, e dos elementos que o compõem, tal como eles são, ou seja, através de uma representação mais fiel possível da realidade, a Desconstrução leva em consideração o olhar próprio da ficção literária, tendo em vista que o mundo nos é concebido de tal maneira que há a possibilidade de análises sob óticas e conjunturas diferentes, o que nos aponta também a possibilidade de se chegar a conclusões, ou descrições, também diferenciadas. Não há, sob a ótica do pensamento desconstrucionista, que é também uma construção, o apego à essência, à homogeneidade, nem ao pensamento unilateral, que apenas limita o nosso olhar em relação a tudo o que está à nossa volta. E é exatamente a possibilidade de reconsiderarmos o modo como enxergamos o mundo através de toda essa gama que leituras que Derrida oferece que o coloca entre um dos maiores pensadores da contemporaneidade.

A FELICIDADE CLANDESTINA DE CLARICE LISPECTOR

É oportuno trazer agora uma representação do que está sendo debatido ao longo do presente trabalho a partir do que fora posto pela escritora brasileira, nascida na Ucrânia, Clarice Lispector no brevíssimo conto “Felicidade clandestina”, que dá título ao próprio volume de contos em que este está inserido, publicado primeiramente pela Editora Sabiá, em 1971. O referido volume, aliás, convém destacar, é constituído através da organização dos contos anteriormente lançados no volume *A legião estrangeira* (1964), acrescidos de alguns outros pequenos contos que a escritora lançou no Jornal do Brasil, enquanto colaborou para este de agosto de 1967 até dezembro de 1973. A pequena história que aqui é analisada saiu pela primeira vez do dito jornal em 2 de setembro de 1967, sob o título de “Tortura e glória”. A escritora faz uso de uma narrativa em primeira pessoa, que insere, deste modo, a personagem na própria situação que é ali construída, para contar um caso vivenciado por esta na infância pobre em Recife, quando precisou ela submeter-se à tortura exercida por uma colega que, a partir da promessa de empréstimo do livro “Reinações de Narizinho”, do Monteiro Lobato, põe em prática um plano cruel, cercado da mais pura vingança que alguém é possível guardar.

Não há, no conto, a denominação de nenhuma personagem, no entanto, fica evidente que há duas personagens principais – no caso, a narradora, uma garota imperdoavelmente bonitinha, esguia, altinha e de cabelos livres; e a outra, gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados (LISPECTOR, 1998) – sendo que a primeira personagem é identificada como a própria escritora, Clarice Lispector, considerando as características físicas, os aspectos geográficos, bem como a sua própria confissão em uma crônica posterior (LISPECTOR, 1999, 452-3); enquanto a segunda trata-se de jovem Rebeca Berenstein, filha do dono da livraria (GOTLIB, 2008). Sob este prisma, para que conheçamos um pouco mais da conjuntura da qual faz parte a primeira personagem, podemos fazer uma breve análise da própria trajetória da vida de Clarice Lispector que, em

1922, precisou fugir junto com a família das condições extremamente miseráveis que os judeus passavam na Europa entre guerras. A pobreza foi sempre uma constante na vida da jovem Clarice, desde a Europa, bem como a sua infância entre Maceió e Recife. Daí a necessidade da família Lispector manter-se subserviente às classes hegemônicas, tendo em vista os poucos recursos financeiros que estes dispunham desde a sua chegada no Brasil. No episódio narrado pelo conto, porém, Clarice se encontra diante de uma menina rica, no entanto cruel e vingativa, que tinha ao seu alcance todos os livros que o pai dispunha na livraria que ele próprio era dono – muito provavelmente a Livraria Imperatriz, localizada ao lado do sobrado da Rua Imperatriz n. 21, onde morou Clarice quando criança (GOTLIB, 2008, p. 92). Aparentemente, encontramos-nos em um binarismo típico das análises que desconsideram, ou desconhecem, a desconstrução derridiana (magra/gorda, alta/baixa, liso/crespo, pobre/rica, boa/má), tendo em vista que enquanto a protagonista colocava-se como vítima do processo ora vivenciado, ela própria apontava para a antagonista como a causadora de todos os males a que ela se submetia.

Clarice Lispector, apesar de contar um fato que lhe ocorreu na infância, ainda que utilize a primeira pessoa da narrativa, não se aponta como a personagem principal do evento, mantendo ao longo da história todos os nomes das personagens em segredo, daí a escolha de não se assumir enquanto uma intelectual que está falando, mas, do contrário, dá a palavra ao narrador-personagem que almeja compartilhar a sua chamada felicidade, até então, clandestina. O termo clandestino merece uma análise um pouco mais aprofundada, visto que a condição de clandestinidade se refere ao fato de que a felicidade vivenciada pela garota jamais seria algo visível para os outros, ao contrário, seria sempre ela escondida, mascarada, jamais levada à público porque a garota, enquanto tal, inserida em sua conjuntura, não possuía uma voz própria porque não lhe era dado o direito de falar. Surge, assim, a sua condição de clandestinidade. Retomamos assim as palavras da própria Spivak (2010), que considera o subalterno enquanto aquele que sempre não pode falar, pois, se o fizer, já não o é.

Uma análise descuidada poderia fundamentar-se no binarismo já citado, visto que esta talvez é a intenção da própria autora, considerando a ênfase que é dada às características das personagens, mais especificamente no que se refere às diferenças existentes entre as consideradas “protagonista e antagonista”. Porém, há de se tomar um cuidado maior, visto que é próprio da produção clariceana a característica dos segredos se manterem quase sempre nas entrelinhas. Consideremos, por exemplo, os dados da primeira personagem que é descrita logo no início do conto: uma menina gorda, feia, com um busto enorme, gulosa, cruel, e que odiava as outras garotas porque estas eram “imperdoavelmente bonitinhas”. Isto a coloca em uma condição também de subalternidade, no que se refere o seu aspecto físico não atender o padrão dominante da época que, do contrário, todas as outras meninas atendiam, que era ser magra, altinha, de busto achatado, esguia e de cabelos livres (LISPECTOR, 1998, p. 9). Logo, fica evidente que as condições físicas que as outras meninas, incluindo-se aí a própria Lispector ainda criança, possuíam faziam parte do padrão hegemônico preconizado pela sociedade em que elas estavam inseridas e, com isso, muito provavelmente, o círculo de amigas e de aproximação entre as garotas que faziam parte deste grupo era infinitamente maior do que aquele vivenciado pela menina considerada má no conto. Convém ressaltar que a personagem dita boazinha era também má pois, apesar de fazer todas as considerações acerca dos atributos físicos e do comportamento da menina rica, ela apenas aproximou-se desta com a única finalidade de tomar para si o livro desejado. O objeto, no caso o bem material, era o único elo de ligação que obrigava as meninas estabelecerem relações mais próximas. Se não houvesse a condição financeira da menina rica que possibilitou a aquisição do livro, a outra muito provavelmente sequer se aproximaria dela. Daí, a questão: é possível que uma menina altinha e esguia, pobre e boazinha, tenha um comportamento desta natureza, puramente interessado na condição financeira da outra? Ora, partindo para uma análise sob a ótica da desconstrução derridiana, é sim possível, posto que o sujeito não pode, sob nenhuma hipótese, ser “essencializado”, ou seja, tomar para si características imutáveis e imper-

meáveis. Neste sentido, é perfeitamente possível a menina considerada boazinha também presente, em alguns momentos, um comportamento inadequado para esta sua característica, assim com o inverso também é tolerável: a menina dita má em dadas circunstâncias comporte-se como uma garota boazinha. Certamente, o conto não apresenta esta última possibilidade apontada, posto que isto talvez inviabilizasse o projeto narrativo da autora, bem como a sua clara intenção de colocar-se como vítima da garota que era toda pura vingança, chupando balas com barulho (LISPECTOR, 1998). Mas isto não impede que ela, a garota considerada má, tenha outro comportamento além deste já previsto pelas classificações que lhe foram impostas na narrativa. Colocamo-nos, assim, diante de uma aporia própria da desconstrução derridiana, pois enquanto Lispector por um lado é boazinha, porém por outro também é má, o mesmo acontece com a outra garota que ora é uma coisa, ora é outra coisa inteiramente oposta. Este fato não é específico do conto aqui analisado. É possível perceber esta mesma condição também em outras narrativas da própria Lispector, como é o caso da já analisada *A hora da estrela* (FIGUEIREDO, 2009), dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ressaltar, neste trabalho, o conceito de subalternidade a partir do modo como o desenvolveu o Grupo de Estudos Subalternos na perspectiva Sul-Asiática, especialmente quando associado às contribuições de Gayatri C. Spivak e seu ímpeto de acrescentar ao referido conceito elementos de enorme relevância da teoria da Desconstrução de Jacques Derrida. Para isto, a análise do pequeno conto da Clarice Lispector serviu-nos como uma pequena ilustração que ratificou as ditas contribuições, posto que nos apresentou, ao longo da narrativa, possibilidades de análise que não mais se encaixam aos antigos binarismos antes em voga, mesmo quando tratamos da relação entre grupos subalternos e grupos hegemônicos e suas relações na teia social. Ficou evidente que em alguns aspectos é possível que integrantes da classe hegemônica também possam inserir-se na classificação subalterna, bem como, também, o contrário evidenciou-se.

Daí, concluímos também que mesmo se tratando de uma escritora intelectual – ainda que ela própria assim não se considerasse (LISPECTOR, 2004) – Lispector, àquela altura de sua carreira literária, empresta a sua voz para a Lispector criança que, naquela fase da vida infantil, não possuía qualquer possibilidade de falar por si mesma. E isso se evidencia, por exemplo, ao final do conto quando, por acaso, a mãe da dita menina má percebe o que estava ocorrendo naquela ocasião. Em nenhum momento, convém observar, a Lispector criança teve a oportunidade de reivindicar as condições a que ela estava se submetendo, tal como acontece com outras figuras subalternas e marginais consideradas, em outras palavras, figuras excluídas da sociedade dominante (FIGUEIREDO, 2010), próprias do modo como se organizou a estrutura social e econômica do nosso país.

Análises como essa, na própria Literatura produzida no Brasil, servem-nos como possibilidades de pesquisas futuras que demonstram o quanto a obra de Clarice Lispector tem ainda a nos ofertar para que conheçamos ainda mais o modo como nos organizamos, ou mesmo, quando não, os limites de nossa própria miséria. Certamente, este tipo de análise nos possibilita compreender melhor também a heterogeneidade da qual não somos isentos em tempos tão multiculturais e globalizados, para assim pensarmos o quanto há do outro, que nos é inteiramente diferente, em nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUERBACH, E. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*. Chicago, CA: University of Chicago, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da auto-ridade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- EAGLETON, T. *Uma ideia de cultura*. Tradução de Sofia Rodrigues. Coleção Temas e Debates. Lisboa: Actividades Editoriais Ltda., 2000.
- FERREIRA, A. G. *Dicionário Latim-Português*. Porto: Porto Editora Ltda., 1966.
- FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. Estudos Subalternos: uma introdução. *Raidos*, Dourados, MS, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.
- _____. *O direito ao grito: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2009.
- GOÉS, Camila Massaro de. *De Antonio Gramsci aos Subaltern Studies: notas sobre a noção de subalternidade*. Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013. p. 2.
- GOTLIB, Nadja Battella. *Clarice fotobiografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- GUHA, Ranajit. Omaggio a un maestro. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009. p.32.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. O primeiro livro de cada uma das minhas vidas. In: *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 452-3.
- _____. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2004.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. 2ª ed. Lisboa: Edições Avante!, 1984.
- MORICONI, Ítalo. In: Nascimento, Evando. *Derrida e a literatura*. Niterói, EdUFF, 2001.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Desconstruindo os Estudos Culturais*. IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Universidade de Évora, 9 a 12 de maio de 2001.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

O AUTOR

Ramon Ferreira Santana possui Mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). É Professor do Curso de Letras do Centro Universitário AGES, Paripiranga-BA. Atualmente cursa o Doutorado em Educação na UFS. E-mail: ramonmanfredini@hotmail.com

